

ALICE CRAVO E CAMILLA TURTELLI
public@oglobo.com.br

O novo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, tomou posse ontem e elegeu a segurança pública como prioridade da gestão. Em seu discurso, o ex-integrante do Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou que o crime organizado já está "infiltrado em órgãos públicos", criticou o que chamou de encarceramento em massa e defendeu a progressão de pena para detentos. A cerimônia, no Palácio do Planalto, reuniu ministros, senadores, deputados, ex-colegas de STF. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), não compareceu e viajou para cumprir agendas em Alagoas, seu estado.

Em seu primeiro discurso, Lewandowski afirmou que tem a "obrigação" de dedicar atenção à área de segurança. O novo ministro, entretanto, sequer sinalizou quais seriam suas diretrizes para atacar o problema. O governo Lula enfrentou críticas ao longo do primeiro ano pelos altos índices de violência registrada em estados como o Rio de Janeiro e a Bahia, e a área acabou se tornando um ponto delicado da gestão.

— Já há notícias de que, tal como ocorre em outras nações, o crime organizado começa a infiltrar-se em órgãos públicos, especialmente naqueles ligados à segurança e a multiplicar empresas de fachada para branquear recursos obtidos de forma ilícita. Isso lhes permite expandir a sua ação deletéria sob territórios cada vez maiores, dificultando o seu controle por parte das autoridades estatais — disse Lewandowski.

COLLOR E SARNEY

Lewandowski voltou a afagar o seu antecessor, Flávio Dino, ao defender políticas do ministério para combater o crime organizado. Ele disse que é preciso aprofundar "alianças com estados e municípios", sem detalhar de que forma pretende fazê-lo.

A posse teve a presença de membros do primeiro escalão do Executivo e de ex-presidentes da República, como José



Cerimônia. Observado pelo vice Gerardo Alokmin, pela primeira-dama Janja e pelo presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco. Lula dá posse ao ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski.

Na posse, Lewandowski foca em Segurança, mas não detalha planos

Novo ministro afirmou que o crime organizado está 'infiltrado em órgãos públicos' e criticou encarceramento em massa

Sarney e Fernando Collor. Ao GLOBO, Sarney afirmou que foi prestigiar não apenas Lewandowski, mas também Flávio Dino, que toma posse como ministro do STF em 22 de fevereiro. O ex-presidente participou da cerimônia para a aprovação do nome de Dino, de quem ele já foi adversário político no Maranhão.

Já Collor, condenado a 8 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, foi ignorado nos discursos e deixou o evento acompanhado de Dino, que o convidou para sua

posse no Supremo.

Com a concorrência, alguns ministros de Lula só conseguiram lugar na segunda fila de cadeiras, casos de Carlos Figueira (Agricultura) e Camilo Santana (Educação); representantes do Centrão, André Fufuca (Esporte) e Waldez Góes (Desenvolvimento) ficaram na terceira fileira. Apesar do recuo, parlamentares compareceram em peso, principalmente, da bancada do PT, mas também da oposição. O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), aliado de Bolsonaro, também foi à cerimônia.

A ausência de Lira foi comentada. O presidente da Câmara cortou o diálogo com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela interlocução do governo com o Legislativo. Os dois não se falaram desde o fim do ano passado. Padilha aproveitou o evento para conversar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). De acordo com a colunista Bela Megale, do GLOBO, Ricardo Capelli, ex-secretário-executivo da Justiça, foi outro a não participar.

No Senado, Dino vai propor lei para proibir que acampem em quartel

> O agora ex-ministro da Justiça Flávio Dino afirmou ontem que vai apresentar cinco projetos de lei, dos quais três estão prontos, durante a sua breve passagem pelo Senado antes de tomar posse como ministro do STF, dia 22.

> Um dos projetos, de acordo com Dino, vai proibir acampamentos em portas de qualquer quartel de militares. Outros textos vão tratar de prisão preventiva e audiências de custódia; e sobre a destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para o reconhecimento do mérito de policiais.

> Dino ainda tem defendido publicamente uma medida para obrigar o uso de câmeras nos uniformes de todos os policiais. O senador diz que isso contribuirá para a redução da letalidade policial.

(Alice Cravo)

RICARDO LEWANDOWSKI

"Para enfrentar o crime organizado que vem se ramificando por todo o país é preciso aprofundar alianças com estados e municípios"

"Não basta como querem alguns encarcerar as penas. Ou promover o encarceramento em massa de delinqüentes"

Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça

Dos 11 ministros do STF, apenas dois não foram ao evento: André Mendonça e Edson Fachin. Nunes Marcondes, indicado por Jair Bolsonaro à Corte, compareceu.

EQUIPE DA JUSTIÇA

Ao dar posse a Lewandowski, o presidente Lula afirmou que não irá interferir no time do ministro.

— Eu costumo trabalhar estabelecendo relação de confiança com as pessoas. Você está sendo convidado para ser ministro e tenho confiança. A sua equipe você que monta.

Como o GLOBO mostrou, Lewandowski assumiu o comando com acenos ao PT e à primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, e reduzindo o espaço do PSB, partido de Dino. O novo ministro escolheu Jean Uema, ex-assessor no ministério de Padilha, para a Secretaria Nacional de Justiça e definiu que Sheila de Carvalho, Estela Aranha e Marta Machado vão permanecer no ministério — a presença de mulheres era uma demanda de Janja.

8/1: MPF arquiva inquéritos contra Ibaneis e Torres

Mudança na lei de improbidade administrativa, que determina responsabilização só quando houver dolo, levou à decisão

PAOLA SERRA
public@oglobo.com.br

O Ministério Público Federal (MPF) arquivou inquérito civil instaurado para apurar possíveis ações e omissões do governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha e do ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro do ano passado. Na

ocasião, as sedes dos três Poderes foram invadidas e depredadas. Também foram arquivados os inquéritos contra os policiais militares Jorge Eduardo Naires, Fábio Augusto Vieira e Klepierre Rosa Gonçalves. Ao arquivar o caso de Anderson Torres, a Procuradoria da República do DF pondera que, com a mudança na legislação que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa,

para a responsabilização de agentes públicos atualmente é necessário que se demonstre dolo da conduta. A partir da modificação da lei, em outubro de 2021, danos causados por imprudência, imperícia ou negligência não podem mais ser configurados como improbidade.

"Assim, a análise quanto ao cabimento de eventual ação de improbidade administrativa deve ser minuciosa,

cabendo o ajuizamento apenas quando há elementos probatórios veementes e concretos de uma ação intencional do agente que se amolda a uma das hipóteses previstas nos artigos da Lei 8.429/92", destaca o MPF.

No documento, ao qual o GLOBO teve acesso, é descrito que, ao assumir o cargo de secretário de Segurança, Anderson Torres já havia informado ao governador Ibaneis Rocha que viajaria de férias com a família no início de janeiro.

Naquela ocasião, não havia informações de que no

mês seguinte haveria uma "descida dos acampados no QG para a esplanada dos Ministérios com o escopo de tomada de poder".

A Procuradoria afirma também não haver elementos suficientes para se concluir que Anderson Torres "tinha o intuito de permitir que os manifestantes adentrassem e depredassem os prédios públicos".

"De modo contrário, em diversos momentos da investigação que se verificou a adoção de medidas para promover a segurança no DF e tentar impedir que os criminosos avançassem ainda mais em sua empreitada", afirma o MPF.



ANDERSON TORRES/CO-3/2023

Lista tríplice que 'destrava' julgamento de Sergio Moro é aprovada

MARIANA MUNIZ
public@oglobo.com.br

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou ontem a lista tríplice que irá completar a composição do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), onde o ex-juiz e senador Sergio Moro (União Brasil-PR) será julgado em duas ações que pedem a cassação de seu

mandato por abuso de poder econômico na pré-campanha das eleições de 2022. Por decisão de desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, os processos foram incluídos na pauta de 8 de fevereiro, mas o Código Eleitoral prevê que, em casos de pedido de cassação, como o de Moro, o tribunal precisa ter quórum máximo, com todos os sete

componentes presentes.

A lista tríplice é composta pelos nomes de José Rodrigo Sade e Roberto Aurichio Junior, que atuavam como magistrados substitutos na própria Corte eleitoral do Paraná. Além dos dois, completa a relação Graciane Aparecida do Valle Lemos. A aprovação dos nomes ocorreu por unanimidade, seguindo o voto da relatora, ministra Maria

Isabel Gallotti. Com a aprovação, a lista seguirá à Casa Civil para escolha e nomeação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No último sábado, terminaram os mandatos de Sade e Aurichio Junior como substitutos. Dias antes, já havia se encerrado o período do advogado Thiago Faria dos Santos, titular do colegiado, como integrante da

Corte. A escolha dos novos membros é uma atribuição do presidente da República, mas Lula ainda dependia da aprovação da lista tríplice pelo TSE para fazer a indicação. A partir de agora, portanto, será possível preencher as cadeiras vagas.

Movidos pelo PT e pelo PL, os processos contra Moro questionam gastos com sua pré-campanha, período

em que o ex-juiz desistiu de concorrer a presidente e optou por disputar o Senado. Com base em notas fiscais enviadas pelo União e por sua antiga legenda, o Poderes, o Ministério Público Eleitoral (MPE) calculou gasto de R\$ 2,03 milhões e considerou que o valor foi excessivo para a disputa ao Senado no Paraná, o que configura, na avaliação do órgão, abuso de poder econômico. O senador alega gastos mais baixos e nega que tenha cometido abuso.